

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação - O Scania Banco S.A., que foi constituído em 12 de agosto de 2009 para a forma de banco múltiplo, inclusive com autorização para operar carteira de Leasing, iniciou efetivamente suas atividades durante o primeiro trimestre de 2010. Seguindo o propósito definido no Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, vem financiando o cliente final, produtos e serviços da marca Scania através de operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Arrendamento mercantil, FINAME Leasing e Vendor. Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scania Banco S.A., elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos nossos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação, aos acionistas e clientes pela confiança.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Jun 16	Jun 15	PASSIVO	Jun 16	Jun 15
Circulante	869.115	949.667	Circulante	613.056	674.855
Disponibilidades (Nota 3b)	179	270	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	591.104	656.576
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 5 e 6)	200.032	240.336	Repasses do país	591.104	656.576
Aplicações em depósitos interfinanceiros	200.032	240.336	Outras obrigações	21.952	18.279
Operações de crédito (Nota 8)	653.794	662.881	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	209	65
Operações de crédito - setor privado	680.427	705.560	Fiscais e previdenciárias (Nota 13a)	11.517	6.164
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(26.633)	(22.679)	Dívidas subordinadas (Nota 13c)	2.304	2.134
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	1.515	2.969	Diversos (Nota 13b)	7.922	9.916
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	1.564	3.041	Exigível a longo prazo	966.969	1.276.808
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(49)	(72)	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	887.778	1.197.258
Outros créditos	6.356	11.005	Repasses do país	887.778	1.197.258
Rendas a Receber	14	14	Outras obrigações	79.211	79.550
Diversos (Nota 9)	6.342	10.991	Fiscais e previdenciárias (Nota 13a)	111	450
Outros valores e bens	7.239	12.206	Dívidas subordinadas (Nota 13c)	79.100	79.100
Outros valores e bens	7.239	12.206	Resultado dos exercícios futuros (Nota 14)	2.900	3.522
Realizável a longo prazo	952.247	1.224.611	Patrimônio líquido (Nota 15)	242.788	223.644
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	481	433	Capital	-	-
Títulos de Renda Fixa	481	433	De domiciliados no exterior	200.000	200.000
Operações de crédito (Nota 8)	891.489	1.185.911	Reserva legal	2.467	1.510
Operações de crédito - setor privado	911.441	1.207.831	Reservas estatutárias	40.321	22.134
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(19.952)	(21.920)			
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	1.561	2.890			
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	1.609	2.920			
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(49)	(30)			
Outros créditos (Nota 9)	58.716	35.377			
Diversos	58.716	35.377			
Permanente	4.371	4.551			
Investimentos em controlada (Nota 10)	3.980	4.203			
Imobilizado de uso	51	-			
Intangível	340	348			
Total do ativo	1.825.733	2.178.829	Total do passivo e patrimônio líquido	1.825.733	2.178.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Scania Banco S.A. ("Banco") foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Scania Banco S.A. iniciou suas operações durante o primeiro trimestre de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINAME, Leasing, Leasing, Crédito Direto ao Consumidor - CDC e Vendor. As operações visam suportar as vendas aos clientes de produtos da marca Scania. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo Scania e os custos de estrutura operacional e administrativos são absorvidos em conjunto ou individualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 15 de agosto de 2016.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e seus respectivos resultados, foram reclassificadas para o grupo de "Operações de arrendamento mercantil". Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: PCP01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 33 - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15, vigente a partir de 01 de janeiro de 2016.

3. Principais práticas contábeis: a) Auração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos por negociação; • Títulos disponíveis para venda e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos por negociação" são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Em 30 de junho de 2016 e 2015, o Banco não possuía instrumentos financeiros derivativos. **e) Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas em operações de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações de crédito e arrendamento mercantil estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada, sendo atualizada até o 60º dia de atraso. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8. **f) Outros Valores e Bens:** Bens não de uso próprio: Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário. **g) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **h) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **i) Outros Créditos - Diversos:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de realização, quando aplicável. **j) Obrigações por empréstimos e repasses e dívida subordinada:** As operações estão registradas por seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **k) Outras obrigações - Diversas:** Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **l) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre e a contribuição social pela alíquota de 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018 (2015 - 15%). O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídos. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. Em 06 de outubro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, para instituições financeiras seguradoras e administradoras de cartões de crédito. **m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais bases. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como possível risco de perda não requerem constituição de provisão, mas requerem divulgação e as classificadas como risco remoto não requerem provisão ou divulgação. **n) Resultado de Exercícios Futuros:** Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não há quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas, da fluência do prazo.

4. Gerenciamento de riscos: A gestão de riscos do Banco é feita de forma a cumprir com as segregações definidas as regras do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Estão contemplados os seguintes riscos: **Risco de crédito:** Exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco segue as melhores práticas da Matriz

e tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

Risco operacional: É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades do Scania Banco, resultando em perdas inesperadas. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual do Banco e para efeito de capital regulamentar, o Banco utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. **Risco de mercado:** Através de metodologias condizentes com a realidade atual do Banco, o risco de mercado é gerenciado com transparência e elevado grau de confiança, sendo que nossas operações substancialmente consideradas como banking book. **Risco de Liquidez:** É gerenciado por meio de estruturas, procedimentos e relatórios padrões que visam gerar a capacidade de pagamento do banco, considerando planejamento financeiro, limites de riscos e otimização de recursos disponíveis, permitindo uma tomada de decisão com grande agilidade e alto grau de confiabilidade. **Gerenciamento de Capital:** De acordo com os padrões globais de gestão de capital e as normas do Banco Central do Brasil, o Scania Banco S.A. considera as 4 categorias de risco (Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional) ao monitorar e manter o capital mínimo. Além disso, consideramos o seguinte na revisão do nível de capital: (i) alterações normais no tipo e montante de operações bancárias e as flutuações do índice de capital total; (ii) custo ao captar caixa em curto prazo; (iii) sempre manter o nível de capital mínimo conforme exigido pelo Banco Central; e (iv) alterações no ambiente econômico que poderiam afetar o Banco ou clientes específicos. Em atendimento à Circular 3.678 do BACEN, a estrutura e as metodologias aplicadas à Gestão de Risco do Scania Banco encontram-se disponíveis para acesso público no website do Banco: <http://www.scania.com.br/solucoes/financeiras/scania-banco/>, que não faz parte das demonstrações financeiras.

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma individual tomando-se como base os dados do Scania Banco S.A. em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 30 de junho de 2016, o índice é de 15,56% conforme apresentado abaixo:

Índice da Basileia III

Patrimônio de Referência (PR)	327.764
PR Mínimo Requerido para RWA	205.731
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	122.033
IB - Índice da Basileia	15,56%
Valor Correspondente ao RBAN	2.552
Margem sobre o PR considerando o RBAN	119.781

5. Caixa e equivalentes de caixa: Em 30 de junho de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Jun 16	Jun 15
Caixa e saldos em bancos-moeda nacional	179	270
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	200.032	240.336
Caixa e equivalentes de caixa	200.211	240.606

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez
a) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Jun 16	Jun 15
Vencimento até 90 dias	200.032	240.336
Total	200.032	240.336

7. Títulos e valores mobiliários: a) Em 30 de junho de 2016 e 2015, as operações com títulos e valores mobiliários estão compostos como demonstrado a seguir:

	Jun 16	Jun 15				
	Custo	Valor de mercado	Atualizado	Custo	Valor de mercado	Atualizado
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	481	481	433	433	433	433
Total	481	481	433	433	433	433

(a) As cotas do fundo de investimento são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota disponibilizada pelo BNDES.

8. Operações de crédito e arrendamento mercantil: Em 30 de junho de 2016 e 2015, as operações de crédito e arrendamento mercantil estão compostas como segue:

	Jun 16	Jun 15
Financiamentos	1.591.868	1.913.391
Arrendamento mercantil	3.173	5.961
Total	1.595.041	1.919.352

a) Composição da carteira por nível de risco

	Jun 16	Nível de provisão %	Valor da provisão
Nível	A vencer	Vencido	Total
AA	86.208	-	86.208
A	427.511	5.231	432.741
B	816.056	84.418	900.474
C	36.414	74.340	110.754
D	7.344	16.588	23.932
E	720	8.334	9.054
F	465	4.664	5.129
G	-	7.438	7.439
H	619	18.691	19.310
Total	1.375.337	219.704	1.595.041

b) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Jun 16	Jun 15
Saldos no início do semestre	45.791	54.674
Constituições (Reversões)	18.212	12.035
Baixa prejuízo	(17.321)	(22.038)
Saldos no final do semestre	46.682	44.701

c) Por setor de atividade

	Jun 16	Jun 15
Indústria	42.186	30.479
Comércio	328.334	458.790
Serviços	1.199.546	1.397.263
Pessoas físicas	24.975	32.820
Total	1.595.041	1.919.352

d) Por faixa de vencimento

	Jun 16	Jun 15
Vencidas a partir de 15 dias	20.992	22.585
Até 3 meses	211.995	209.137
De 3 meses a 1 ano	449.004	476.879
De 1 ano a 3 anos	704.241	905.856
De 3 anos a 5 anos	161.399	289.681
De 5 anos a 15 anos	11.410	15.214
Total	1.595.041	1.919.352

e) Operações renegociadas: Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 7.151 e R\$ 795, respectivamente.

f) Recuperação de créditos baixados para prejuízo: Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, foram recuperados créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 9.570 e R\$ 6.411, respectivamente, e estão registrados em outras receitas operacionais.

9. Outros créditos - Diversos

	Jun 16	Jun 15
Impostos a compensar	2.880	2.694
Créditos tributários (nota 20b)	58.414	42.275
Valores a liquidar carteira (D+1)	3.296	1.071
Devedores por depósitos em garantia	177	72
Outros	291	256
Total	65.058	46.368
Curto prazo	6.342	10.991
Longo prazo	58.716	35.377

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Jun 16	Jun 15
Recetas da intermediação financeira	74.901	73.820
Operações de crédito	56.890	57.332
Operações de arrendamento mercantil	2.501	2.021
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	15.510	14.467
Despesas da intermediação financeira	(52.966)	(46.521)
Operações de captação no mercado	(5.804)	(5.132)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(26.333)	(27.678)
Operações de arrendamento mercantil	(2.557)	(1.676)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(18.212)	(12.035)
Resultado bruto da intermediação financeira	21.935	27.299
Outras receitas / (despesas) operacionais	(9.751)	(9.616)
Rendas de prestação de serviços	943	866
Despesas de pessoal (Nota 16)	(9.723)	(7.889)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(9.153)	(9.153)
Despesas tributárias	(2.164)	(2.022)
Resultado de participações em controlada (Nota 10)	914	1.322
Outras receitas operacionais (Nota 18)	10.954	7.279
Resultado operacional	(1.259)	(19)
Resultado não operacional (Nota 19)	12.184	17.663
Resultado antes da tributação e da participação sobre resultado	(298)	(373)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20a)	11.896	17.310
Provisão para imposto de renda	(5.301)	(6.632)
Provisão para contribuição social	(6.113)	(3.414)
Provisão para Imposto fiscal diferido	(4.653)	(2.035)
Lucro líquido do semestre	5.465	(1.183)
Lucro por ações	6.585	10.678
	0.033	0,053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO